

1 Resiliência: definição, modelos teóricos e compreensão histórica sobre o conceito

Karina da Silva Oliveira

O termo resiliência está comumente associado à capacidade de superação diante de um evento adverso (Masten, 2018), à flexibilidade e à retomada do equilíbrio emocional e das funções internas após um período de estresse excessivo (Achkar, Leme, Soares, & Yunes, 2017; Robinson, Larson, & Cahill, 2014). Apesar da aparente simplicidade dessa definição, é possível encontrar inúmeros debates acerca da conceituação mais adequada (Rutter, 2012), de modo que neste capítulo serão apresentados aspectos relacionados à origem, ao conceito e ao uso da palavra resiliência, especialmente no que tange à psicologia. Ao longo desta reflexão, espera-se evidenciar a complexidade e o processo histórico que influenciam escolhas metodológicas e referenciais teóricos, e que colaboram, continuamente, para o processo de refinamento e compreensão da resiliência.

Origens etimológicas

A tentativa de compreensão do termo a partir de sua etimologia foi realizada por diversos autores, como, Döring et al. (2015), para os quais a palavra resiliência deriva do latim *resilire*. Na composição da palavra, *re* significa para trás, e *salire*, pular; portanto, pode ser traduzida literalmente como “pular para trás”. Pizzo (2015) complementa essa compreensão afirmando que, para além da origem latina da palavra, ainda deve ser considerada a raiz grega: *akkolai*, traduzida como “saltar para trás” ou “para se recuperar”. Segundo Pizzo (2015), a associação entre a palavra latina e a grega também

pode sugerir o significado de contar e realizar um saque. Essa autora não esclarece se o sentido de contar e realizar um saque estaria associado às condutas de ordem monetária ou a outras instâncias do cotidiano. Sendo assim, fica evidente a noção de “dispor de recursos” para o enfrentamento de uma situação.

Apoiada na etimologia do termo, Prince-Embury (2010a) sugere que a resiliência seja compreendida como a habilidade de proteger-se diante de situações adversas. Tal definição contribui para a elucidação do significado do termo, principalmente no que diz respeito ao sentido que ele adquire na psicologia, área na qual o construto resiliência é utilizado para referir-se aos processos nos quais ocorrem enfrentamento e superação de condições adversas (Poletto & Koller, 2008). Ainda que seja bastante objetiva, essa definição não oferece o detalhamento e a dimensão de quais processos, ou fenômenos psicológicos, estão envolvidos na expressão da resiliência. Dessa forma, faz-se necessário buscar compreender as definições presentes na literatura.

Assim, quando se buscam as definições científicas acerca do conceito de resiliência, observa-se que, de modo geral, ainda há pouco consenso entre os autores. É bastante comum encontrar em publicações nacionais a referência de que o termo resiliência seja proveniente das ciências físicas (Carvalho, Teodoro, & Borges, 2014; Poletto & Koller, 2008; Sória, Souza, Santoro, Menezes, & Moreira, 2006; Yunes, 2003), sendo compreendido como a propriedade de um corpo físico em superar um distúrbio infligido por um fenômeno externo. Todavia, essa origem do termo não é apresentada por outros autores, como Infante (2007), Lopes e Martins (2011), Prince-Embury (2010a) e Reppold, Mayer, Almeida e Hutz (2012), de maneira que diferenças sobre a acepção do termo são encontradas.

Diante dessas divergências, Brandão (2009) realizou um estudo sistemático e concluiu que, mais frequentemente, pesquisadores de língua latina atribuem a origem do termo resiliência às ciências exatas, relacionando-o ao conhecimento acerca da resistência dos materiais. A esse respeito, Brandão, Mahfoud e Gianordoli-Nascimento (2011) investigaram o conceito de resiliência para as ciências físicas e concluíram que, se de fato houve a transposição do termo para a psicologia, isso ocorreu de forma imprecisa, pois

a compreensão de resiliência em psicologia se assemelha mais ao conceito físico de elasticidade dos materiais.

No entanto, Brandão (2009) também afirma que pesquisadores anglo-saxões e europeus não mencionam a relação entre resiliência e a física, por dois motivos. O primeiro refere-se ao fato de que a palavra resiliência compõe o vocabulário cotidiano de pessoas dessa origem. O segundo diz respeito à compreensão de que a resiliência seja essencialmente uma habilidade humana que permite ao indivíduo resistir ao estresse e a situações adversas. Ainda nesse sentido, Prince-Embury (2013) amplia a questão afirmando que, em língua inglesa, existem duas palavras que são utilizadas para se referir à resiliência: *resilience*, que diz respeito à habilidade de enfrentar e superar situações pontuais, e *resiliency*, que está associada a traços de personalidade.

Diante dessas questões, é possível observar que os fundamentos etimológicos da palavra colaboram para a compreensão do emprego da palavra resiliência tal como se vê nas ciências físicas e na psicologia. Entretanto, considerando a afirmação de Rutter (2012), de que o termo resiliência é dinâmico e complexo, tendo em vista as divergências quanto à sua origem, é fundamental buscar compreender, por meio do processo histórico, de que maneira o termo resiliência passou a despertar o interesse de estudo em psicologia.

Compreensões de aspectos históricos

Segundo Masten (2001, 2018), as investigações científicas voltadas à resiliência iniciaram-se na década de 1970. A autora relata que um grupo pioneiro de psicólogos e psiquiatras buscavam compreender a razão pela qual crianças e adolescentes eram capazes de apresentar um bom desenvolvimento, ainda que crescessem em ambientes desfavoráveis e estivessem sujeitos a inúmeras adversidades. Refletindo sobre essa questão, Sapienza e Pedromônico (2005) e Rutter (2012) afirmam que, nesse momento inicial, os pesquisadores tinham maior interesse em compreender os riscos experimentados ao longo do desenvolvimento dos indivíduos em diferentes faixas etárias. Infante (2007) informa que as primeiras investigações tinham como principal objetivo compreender o desenvolvimento e a evolução de condições psicopatológicas.

Dessa forma, o problema de pesquisa apresentado pelos primeiros autores versava sobre as habilidades que um indivíduo possuía e que o capacitavam a resistir a longos períodos de dificuldades extremas, sem que chegasse a desenvolver enfermidades psicológicas e psiquiátricas (Masten, 2001). Entretanto, durante o desenvolvimento dos estudos, os investigadores passaram a observar que, embora as condições ambientais favorecessem a expressão de condições patológicas, alguns indivíduos apresentavam adaptabilidade social e boas condições de saúde mental. Por essa razão, os cientistas daquela época escolheram o termo “invencibilidade”, ou ainda “invulnerabilidade”, para definir essa capacidade apresentada por alguns indivíduos (Poletto & Koller, 2011; Truffino, 2010).

Nas décadas seguintes, o conceito de invulnerabilidade sofreu um processo de refinamento, porque as investigações apontavam para o envolvimento de diferentes variáveis individuais e sociais, de modo que os termos empregados anteriormente não contemplavam a amplitude do fenômeno. Como resultado, os pesquisadores passaram a utilizar o termo resiliência (Garmezy, 1974; Kaplan, 2002; Masten, 2018). Dessa forma, o que se pode observar é que os delineamentos de pesquisas e as compreensões acerca do fenômeno foram sendo modificados. Houve momentos de aprofundamento em aspectos que tangiam a relação entre fatores de riscos e de proteção (Sapienza & Pedromônico, 2005), e outros que enfocaram prioritariamente os aspectos de personalidade que garantiam a resposta positiva diante das adversidades (Masten, 2001), e, mais recentemente, a resiliência passou a ser abordada como um fenômeno psicológico multifatorial presente em todos os indivíduos (Kaplan, 2002; Masten, 2001, 2014, 2018).

Ainda no que diz respeito ao processo histórico referente à investigação em resiliência, Zolkoski e Bullock (2012) afirmam que é possível identificar três momentos relevantes. O primeiro, ocorrido na década de 1970, envolveu os esforços dos cientistas em identificar e prevenir o desenvolvimento de psicopatologias. O segundo estava associado à compreensão dos processos e dos sistemas de regulação envolvidos nos fatores de proteção, que, por sua vez, promoveriam a resiliência. E, por fim, de acordo com as autoras, o terceiro voltou-se à promoção e ao desenvolvimento do

potencial resiliente em crianças e adolescentes inseridos em contextos de extremas adversidades.

Paralelamente, em um âmbito mais amplo da psicologia, por volta do final da década de 1990 e começo dos anos 2000, iniciou-se o movimento científico da psicologia positiva (Krentzman, 2013), marcado pela publicação do artigo “Positive psychology: An introduction”, de Seligman e Csikszentmihalyi (2000). Nesse trabalho, os autores defendem uma alteração do paradigma psicopatológico, predominantemente utilizado em psicologia, a fim de que os profissionais se dediquem a compreender aspectos positivos da experiência humana (Pacico & Bastianello, 2014). É importante ressaltar que Seligman e Csikszentmihalyi (2000) não defendem a sobreposição do paradigma positivo em detrimento do paradigma psicopatológico, mas sim o equilíbrio entre essas perspectivas.

É possível inferir que a proposta de mudança de paradigma oferecida pela psicologia positiva tenha influenciado os estudos voltados à resiliência, confirmando a afirmação de Poletto (2006) de que a psicologia positiva e os estudos em resiliência têm objetivos comuns, pois, guardados os devidos escopos de trabalho, ambos buscam compreender os processos e fatores envolvidos no desenvolvimento psicológico sadio. Outra evidência da proximidade dessas instâncias é apontada por Rutter (2012), que defende que os estudos voltados à invulnerabilidade passaram a apresentar uma característica mais positiva, enfatizando a adaptação, de modo que os pesquisadores abandonaram o termo invulnerabilidade e adotaram a palavra resiliência.

Barlach (2005) e Infante (2007) concordam que a substituição de nomenclatura pode evidenciar a aproximação entre a psicologia positiva e o conceito de resiliência, mas, sobretudo, defendem que a substituição expressa o potencial do campo de estudo. Segundo as autoras, o conceito de invulnerabilidade está associado à noção de um traço intrínseco ao indivíduo, enquanto o conceito de resiliência está mais próximo à compreensão de um processo que pode ser desenvolvido e promovido ao longo da vida. Essa alteração de foco ou ainda a ampliação do conhecimento a respeito dos riscos, dos fatores protetivos e de saúde provocou a valorização do conceito de resiliência, assim como promoveu o interesse de diferentes áreas para a aplicação desse construto (Anderson, 2015).

Definições possíveis para a resiliência

É importante ressaltar que, durante todo o processo histórico, não houve uma definição de resiliência que fosse amplamente aceita pela comunidade científica (Brandão et al., 2011). É bastante compreensível que isso tenha ocorrido especialmente pela fluidez do conceito ao longo dos diferentes processos de investigação. Como consequência, historicamente é possível encontrar inúmeras definições para o conceito (Zolkoski & Bullock, 2012). Como exemplo, o levantamento realizado por Brandão (2009), em sua dissertação de mestrado, identificou 17 definições diferentes para o conceito de resiliência em âmbitos nacional e internacional. Tal amplitude justifica-se diante da constatação de que o debate científico voltado à resiliência está intimamente relacionado a outros construtos, tais como mecanismos de proteção, *coping* e condições de riscos (Libório, Castro, & Coêlho, 2011), assim como à possível multidimensionalidade do conceito e dos problemas metodológicos decorrentes de tamanha variedade de conceituações (Brandão, 2009).

Na tentativa de agrupar as definições existentes, Döring et al. (2015) verificaram que as diferentes definições de resiliência apresentavam minimamente a noção de um processo de adaptação positiva que ocorre apesar das experiências de extrema adversidade. Esses autores defendem que as definições apresentam necessariamente a concepção de identificação de riscos ou desafios, seguidos por uma expectativa de adaptação positiva. Do mesmo modo, Luthar, Cicchetti e Becker (2000) resumizam a conceituação do atributo afirmando que toda e qualquer definição que venha a ser apresentada, com o intuito de explicar o conceito de resiliência, deve conter duas características essenciais: a primeira diz respeito à exposição significativa a um evento ameaçador e/ou uma adversidade, e a segunda refere-se à adaptação positiva bem-sucedida que ocorre apesar dos empecilhos experimentados ao longo do desenvolvimento.

Entre as concepções encontradas, algumas serão enfatizadas, dada sua amplitude na compreensão do construto. A primeira, apresentada por Fontes (2010), baseia-se na ideia de que o conceito de resiliência está associado à habilidade de se recuperar e manter um comportamento adaptativo mesmo que o indivíduo esteja experimentando um evento estressante. A segunda,

apresentada por Infante (2007), descreve que a resiliência deve ser compreendida como um processo dinâmico, cujo resultado observável é a adaptação positiva, a qual ocorre apesar de vivências adversas.

Masten (2001), por sua vez, afirma que a resiliência refere-se a uma classe de fenômenos psicológicos, envolvidos na expressão de bons resultados/boa adaptação, apesar das influências adversas às quais os sujeitos possam estar expostos. Poletto, Wagner e Koller (2004) defendem que a resiliência se caracteriza por um processo do qual diferentes fatores individuais e sociais participam, a fim de auxiliar os indivíduos a enfrentar e superar problemas e adversidades ao longo da vida. E, por fim, Prince-Embury (2007) conceitua a resiliência de forma bastante objetiva, caracterizando-a como um processo de adaptação positiva diante das adversidades.

Embora seja possível identificar inúmeras similaridades entre as definições aqui apresentadas, Fontes (2010) afirma que a resiliência é compreendida como uma habilidade. Para Infante (2007) e Poletto et al. (2004), trata-se de um processo. Para Prince-Embury (2007), há também a noção de processo, todavia visualizada como um processo específico de adaptação positiva. E, segundo Masten (2001), haveria uma classe de fenômenos envolvidos na resposta resiliente, tais como desempenho acadêmico, comportamentos socialmente habilidosos, autoconceito positivo, entre outros.

Também se pode destacar que os autores citados apresentam o conceito de resiliência associado à noção de processo desenvolvimental. Tal visão altera, de forma bastante importante, a compreensão acerca do fenômeno da resiliência se comparado à proposta inicial de invulnerabilidade, visto que, para Infante (2007), a noção de processo favorece a compreensão da adaptação resiliente por causa da dinâmica entre diferentes fatores de risco, de proteção e demais sistemas internos e externos, ampliando assim a relação desse conceito com diferentes instâncias envolvidas na vida do indivíduo.

Ainda nesse sentido, Carvalho, Teodoro e Borges (2014) defendem a importância de a resiliência ser considerada um processo, pois também envolve a capacidade de utilizar sistemas internos e externos, como os de suporte familiar e social, para enfrentar situações adversas visando à adaptação positiva. Poletto e Koller (2011) corroboram essa reflexão ao afirmarem que

a resiliência é resultado de uma sucessão de ações adotadas diante dos riscos, de modo a produzir a adaptação bem-sucedida. Já na visão de Infante (2007), a noção de processo é fundamental porque está associada à noção de desenvolvimento. Para esses autores, a resiliência é uma habilidade que pode ser desenvolvida ao longo do ciclo vital, a partir da interação intrínseca de aspectos emocionais, socioculturais, ambientais e cognitivos.

Toda a discussão sobre o fato de a resiliência apresentar um caráter processual e não ser considerada um traço estável e isolado da personalidade conduz a outro embate relacionado ao tema: as definições podem variar de acordo com a compreensão existente sobre a expressão do fenômeno (Kaplan, 2002). Enquanto alguns autores defendem que a resiliência seja definida em termos do resultado resiliente (Infante, 2007; Poletto et al., 2004), outros defendem que ela seja considerada uma habilidade que favorece a resposta adaptada diante da adversidade ou ainda que seja responsável por isso (Fontes, 2010; Masten, 2001; Prince-Embury, 2007).

Diante do exposto, verifica-se que a definição sobre o termo depende do referencial teórico adotado e do tipo de resultado valorizado. No entanto, ainda que o conceito de resiliência não apresente consenso entre os pesquisadores, há uma condição com a qual todos parecem concordar: o estudo da resiliência tem se mostrado necessário e relevante para a psicologia, principalmente se considerarmos que o processo de desenvolvimento se caracteriza por uma contínua interferência estrutural, a qual exige dos indivíduos a capacidade de adaptação ao longo do tempo (Castro & Moreno-Jimenez, 2007). Se considerarmos ainda que todas as pessoas apresentam alguma característica resiliente, torna-se fundamental que a ciência esteja empenhada em elucidar tal habilidade humana (Masten, 2001).

Modelos teóricos de compreensão da resiliência

Considerando o objetivo deste capítulo, é importante também buscar compreender os diferentes modelos presentes na literatura para o entendimento da resiliência como um fenômeno psicológico. Com a intenção de favorecer

a comparação entre os modelos, a Tabela 1 mostra a descrição das diferentes interpretações encontradas na literatura científica, bem como identifica os modelos que apresentam diferentes focos, como características de personalidade, influência do contexto, condições adversas e tipos de resposta. É oportuno informar que os modelos iniciais de resiliência sugeriam uma compreensão unidimensional do fenômeno, todavia o processo histórico de investigação do tema tem apontado para uma tendência em compreender a resiliência como um construto multidimensional (Prince-Embury, Saklofkes, & Keefer, 2017).

Dessa forma, com base na tendência atual, a Tabela 1 selecionou os modelos multidimensionais nacionais e internacionais de resiliência, apresentando informações sobre os autores do modelo, a concepção de resiliência defendida e os elementos, ou seja, os fenômenos psicológicos, ou ainda características envolvidas no processo de resposta resiliente defendida pelo modelo proposto.

Tabela 1. Modelos teóricos de concepção da resiliência

Autor	Concepção	Elementos
Junqueira e Deslandes (2003)	Atributo multifatorial que envolve uma relação dialética entre três eixos principais.	1. Adaptação/superação: refere-se à capacidade adquirida de adaptação diante de traumas ou à habilidade de ressignificação simbólica ou ainda de superação de um evento adverso. 2. Inato/adquirido: refere-se à possibilidade de a resiliência possuir elementos inatos e individuais, assim como ser uma habilidade desenvolvida ao longo da história de vida, por meio de relações afetivas de confiança, apoio e atenção à saúde. 3. Permanente/circunstancial: envolve o reconhecimento de que a resiliência pode mostrar-se ambivalente no que se refere ao caráter transitório ou permanente dessa habilidade, de modo que um indivíduo pode apresentar condutas resilientes perante algumas situações adversas, enquanto, para outras, o mesmo indivíduo pode apresentar respostas consideradas menos saudáveis.

Tabela 1. Modelos teóricos de concepção da resiliência (continuação)

Autor	Concepção	Elementos
Infante (2007)	Multidimensionalidade do conceito, compreendido a partir de três componentes essenciais.	1. Noção de adversidade: pressupõe que o indivíduo esteja exposto a algum tipo de condição adversa, seja a pobreza, a morte de uma figura familiar relevante ou demais riscos. 2. Adaptação positiva/superação da adversidade: compreende a união de três aspectos fundamentais, sendo eles: a conotação ideológica, o referencial de saúde do desenvolvimento humano, a heterogeneidade, isto é, as especificidades de cada área do desenvolvimento, e, por fim, a variabilidade ontogenética de cada indivíduo. 3. Processo da resposta: inclui aspectos voltados à interação entre os variados fatores envolvidos em uma resposta resiliente, sejam eles familiares, bioquímicos, fisiológicos, cognitivos, afetivos, socioeconômicos, ou, culturais.
Prince-Embury (2010b)	Multidimensionalidade da resiliência.	1. Domínio (<i>mastery</i>): relaciona-se às competências pessoais, tais como autoeficácia, otimismo e adaptabilidade. 2. Parentesco/pertencimento (<i>relatedness/attachment</i>): envolve aspectos como confiança, acesso a suporte, sentimento de ser confortado por outros e tolerância. 3. Reatividade emocional (<i>emotional reactivity</i>): refere-se ao potencial de um indivíduo em perceber uma resposta negativa externa e sua consequente velocidade em modular sua própria resposta emocional de forma positiva.

(continua)

Tabela 1. Modelos teóricos de concepção da resiliência (continuação)

Autor	Concepção	Elementos
Yunes (2011)	Modelo teórico baseado em processos-chave, os quais envolvem não apenas habilidades individuais, mas também se estendem aos demais contextos nos quais o indivíduo está inserido, dando-se atenção especial para suas relações familiares.	1. Sistema de crenças: composto de habilidades de atribuir sentido à adversidade, ao olhar positivo e à transcendência e espiritualidade. 2. Padrões de organização: compostos de habilidades de flexibilidade, coesão e recursos sociais e econômicos. 3. Processos de comunicação: compostos de clareza, expressões emocionais e colaboração na solução de problemas.
Deep e Pereira (2012)	Atributo multifatorial.	Envolve a relação intrínseca entre (1) características de personalidade, (2) autoestima, (3) flexibilidade, (4) habilidade para resolver conflitos, (5) senso de coesão, (6) relacionamentos familiares positivos e (7) disponibilidade de acesso às estratégias de enfrentamento.
Castillo, Castillo-López, López-Sánchez e Dias (2016)	A resiliência deve ser compreendida sempre a partir de um processo dinâmico, ao qual, por meio dos resultados obtidos, dá-se o nome de resiliente. Segundo os autores, o processo dinâmico ocorre por meio da interação do sujeito e dos fatores de risco e proteção.	1. Vulnerabilidade/invulnerabilidade: relaciona-se a aspectos pessoais e sociais que podem potencializar a consequência negativa advinda da exposição a uma situação de risco. Portanto, essa dimensão seria compreendida como o potencial de diminuir tais consequências negativas oriundas de um evento adverso. 2. <i>Coping</i>: é habilidade cognitiva que favorece o reconhecimento de riscos e o manejo dos problemas a fim de alcançar o alívio ou ainda a solução do problema experimentado. O enfrentamento pode assumir características positivas que favoreçam a resposta resiliente ou características negativas que denotarão baixo potencial resiliente.

(continua)

Tabela 1. Modelos teóricos de concepção da resiliência (continuação)

Autor	Concepção	Elementos
	Consequentemente, essa interação oferece ao sujeito uma noção da adversidade que pode ser real ou percebida.	3. Inteligência emocional: trata-se da capacidade de os indivíduos observarem, compreenderem e regularem as próprias emoções. Os autores destacam a importância das emoções positivas para o processo de resposta adaptativa.
	Em seguida, serão emitidas respostas comportamentais que poderão ser julgadas como respostas de alta resiliência ou ainda de baixa resiliência.	4. Bem-estar subjetivo: relaciona-se à noção de felicidade, pois trata-se da capacidade de um indivíduo avaliar suas experiências e afirmar o quanto encontra-se satisfeito com sua história de vida. Os autores afirmam que há evidências de relação entre bem-estar subjetivo e altos níveis de resiliência.
	O cerne desse modelo teórico refere-se à amplitude da noção de adversidade que, para os autores, está relacionada a qualquer risco ao desenvolvimento humano. É importante destacar que os autores ainda consideram que esse risco pode ter caráter real ou mesmo subjetivo. Desse modo, a noção de adversidade experimentada também perpassa questões emocionais, crenças individuais e percepções que o sujeito tem de sua história e do contexto no qual está inserido. A partir disso, há seis elementos fundamentais.	5. <i>Locus</i> de controle: pode ser de caráter interno (quando o indivíduo é capaz de avaliar as contingências de seus comportamentos e atuar diante de situações com intencionalidade) ou externo (quando a avaliação é realizada como consequência externa aos seus comportamentos). Quanto mais o sujeito é capaz de apresentar um <i>locus</i> de controle interno, mais resilientes serão suas respostas às adversidades. 6. Habilidade: compreende a utilização de recursos cognitivos para o enfrentamento de problemas, associando o comprometimento a resultados positivos e de excelência.

Fonte: Elaborada pela autora.

Considerando a variedade de modelos e a responsabilidade de o psicólogo selecionar um referencial teórico que embase suas reflexões e práticas, Kaplan (2002) afirma que, independentemente do modelo escolhido, é fundamental identificar a presença de três fatores essenciais: os fatores de risco (e suas variações), os fatores protetivos (e suas variações) e a resposta resiliente. É importante destacar que a presença desses três fatores é observado nos seis modelos apresentados. Com exceção dos modelos de Deep e Pereira (2012) e de Castillo et al. (2016), os demais apresentam três fatores teóricos envolvidos, que basicamente seguem a orientação de Kaplan (2002), por conterem aspectos relacionados aos fatores de risco e proteção e à resposta resiliente.

Chama a atenção o modelo de Castillo et al. (2016) que, ao considerar o processo histórico e a tendência atual (Infante, 2007; Masten, 2001, 2014, 2018; Oliveira & Nakano, 2018) de buscar compreender a resiliência por meio de características psicológicas positivas, sugere que tal atributo, além de graduado, pode ser observado por meio de seis elementos fundamentais: vulnerabilidade, *coping*, inteligência emocional, bem-estar subjetivo, *locus* de controle e habilidade. Desse modo, nota-se que o refinamento do termo e de seus modelos de compreensão continua contextualizado ao momento histórico e científico. Esse fato exige do profissional que trabalha com esse tema um esforço contínuo de atualização e investigação.

Considerações finais

Considerando as características da sociedade moderna e os diversos eventos que têm afligido o mundo, desde o início do século XXI,¹ tão importante quanto identificar as vulnerabilidades e os prejuízos decorrentes desses eventos, é relevante avançar em conhecimentos que favoreçam o enfrentamento dessas questões. Nesse sentido, a resiliência, entendida como fenômeno psi-

¹ Os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos, o *tsunami* de grande magnitude, em 2004, no Oceano Índico, o derramamento de óleo no Golfo do México, em 2008, o advento da gripe *influenza* (H1N1), em 2011, e, mais recentemente, a *coronavirus disease 2019* (Covid-19), bem como os desastres ambientais de Mariana, em 2015, e em Brumadinho, em 2019, ambos em Minas Gerais.

cológico, pode atuar como uma capacidade de enfrentamento positivo, na qual são utilizados recursos internos e sociais, a fim de que a adaptação diante da adversidade seja possível.

Embora aparentemente simples de definir, o termo possui especificidades etimológicas, conceituais e históricas que o tornam um fenômeno complexo e dinâmico (Rutter, 2012). Assim, este capítulo buscou apresentar uma síntese desses aspectos, favorecendo uma compreensão ampla sobre como a resiliência tem sido compreendida pela ciência psicológica. É importante destacar que outros estudos devem ser realizados, pois, como se pode observar, o processo de refinamento do conceito de resiliência mantém-se ativo na ciência, de modo que é fundamental a revisão periódica das compreensões sobre o termo.

Referências

- Achkar, A. M. N. E., Leme, V. B. R., Soares, A. B., & Yunes, M. A. M. (2017). Risco e proteção de estudantes durante os anos finais do ensino fundamental. *Psicologia Escolar e Educacional*, 21(3), 417-426. doi:10.1590/2175-35392017021311151
- Anderson, B. (2015). What kind of thing is resilience? *Politics*, 35(1), 60-66. doi: 10.1111/1467-9256.12079
- Barlach, L. (2005). O que é resiliência humana? Uma contribuição para a construção do conceito (Dissertação de mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. Recuperado de <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-19062006-101545/pt-br.php>
- Brandão, J. M. (2009). Resiliência: De que se trata? (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil. Recuperado de www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=156815
- Brandão, J. M., Mahfoud, M., & Gianordoli-Nascimento, I. F. (2011). A construção do conceito de resiliência em psicologia: Discutindo as origens. *Paidéia*, 21(49), 263-271. doi: 10.1590/S0103-863X2011000200014

- Carvalho, V. D., Teodoro, M. L. M., & Borges, L. O. (2014). Escala de resiliência para adultos: Aplicação entre servidores públicos. *Avaliação Psicológica*, 13(2), 287-295. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712014000200016
- Castillo, J. A. G., Castillo-López, A. G., López-Sánchez, C., & Dias, P. C. (2016). Conceptualización teórica de la resiliencia psicosocial y su relación con la salud. *Health and Addictions*, 16(1), 59-68. doi: 10.21134/haaj.v16i1.263
- Castro, E. K., & Moreno-Jimenez, B. (2007). Resiliencia en niños enfermos crónicos: Aspectos teóricos. *Psicologia em Estudo*, 12(1), 81-86. doi: 10.1590/S1413-73722007000100010
- Deep, C. A. F. N., & Pereira, I. (2012). Adaptação da “The Resilience Scale” para a população adulta portuguesa. *Psicologia USP*, 23(2), 417-433. doi: 10.1590/S0103-65642012005000008
- Döring, T. F., Vieweger, A., Pautasso, M., Vaarst, M., Finckh M. R., & Wolfe, M. S. (2015). Resilience as a universal criterion of health. *Journal of the Science of Food and Agriculture*, 95(1), 455-465. doi: 10.1002/jsfa.6539
- Fontes, A. P. (2010). Resiliência, segundo o paradigma do desenvolvimento ao longo da vida (*life-span*). *Kairós*, 7(1), 8-20. Recuperado de <https://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/view/3917>
- Garmezy, N. (1974). The study of competence in children at risk for severe psychopathology. In E. J. Anthony & C. Koupernik (Eds.), *The child in his family: Children at psychiatric risk* (pp. 77-97). New York: Wiley.
- Infante, F. (2007). A resiliência como processo: Uma revisão da literatura recente. In A. Melillo & E. N. S. Ojeda (Orgs.), *Resiliência: Descobrendo as próprias fortalezas* (pp. 23-38). Porto Alegre: Artmed.
- Junqueira, M. F. P. S., & Deslandes, S. F. (2003). Resiliência e maus-tratos à criança. *Cadernos de Saúde Pública*, 19 (1), 227-235. doi: 10.1590/S0102-311X2003000100025

- Kaplan, H. B. (2002). Toward an understanding of resilience: A critical review of definitions and models. In M. D. Glantz & J. L. Johnson (Orgs.), *Resilience and development: Positive life adaptations* (pp. 17-83). New York: Kluwer Academic, Plenum Publishers.
- Krentzman, A. R. (2013). Review of the application of positive psychology to substance use, addiction, and recovery research. *Psychology of Addictive Behaviors*, 27(1), 151-165. doi: 10.1037/a0029897
- Libório, R. M. C., Castro, B. M., & Coêlho, A. E. L. (2011). Desafios metodológicos para a pesquisa em resiliência: Conceitos e reflexões críticas. In D. D. Dell'Aglío, S. H. Koller, & M. A. M. Yunes (Orgs.), *Resiliência e psicologia positiva: Interfaces do risco a proteção* (pp. 89-116). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Lopes, V. R., & Martins, M. C. F. (2011). Validação fatorial da Escala de Resiliência Connor-Davidson (Cd-Risc-10) para brasileiros. *Revista Psicologia: Organizações e Trabalho*, 11(2), 36-50. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-66572011000200004
- Luthar, S., Cicchetti, D., & Becker, B. (2000). The construct of resilience: A critical evaluation and guidelines for future work. *Child Development*, 71(3), 543-558. Recuperado de <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC1885202/>
- Masten, A. S. (2001). Ordinary magic: Resilience processes in development. *American Psychologist*, 56(3), 227-238. doi: 10.1037/0003-066X.56.3.227
- Masten, A. S. (2014). Global perspectives on resilience in children and youth. *Child Development*, 85, 6-20. doi: 10.1111/cdev.12205
- Masten, A. S. (2018). Resiliency theory and research on children and families: Past, present, and promise. *Journal of Family Theory & Review* 10(1), 12-31. doi: 10.1111/jftr.12255
- Oliveira, K. S., & Nakano, T. C. (2018). Avaliação da resiliência em psicologia: Revisão do cenário científico brasileiro. *Psicologia em Pesquisa*, 12(1), 1-11. doi: 10.5327/Z1982-1247201500020003

- Pacico, J. C., & Bastianello, M. R. (2014). As origens da psicologia positiva e os primeiros estudos brasileiros. In C. S. Hutz (Org.), *Avaliação em psicologia positiva* (pp. 13-22). Porto Alegre: Artmed.
- Pizzo, B. (2015). Problematizing resilience: Implications for planning theory and practice. *Cities*, 43 (1), 133-140. doi: 10.1016/j.cities.2014.11.015
- Poletto, M. (2006). Uma breve reflexão crítica sobre psicologia positiva e resiliência. *Psicologia Escolar e Educacional*, 10(1), 137-140. doi: 10.1590/S1413-85572006000100014
- Poletto, M., & Koller, S. H. (2008). Contextos ecológicos: Promotores de resiliência, fatores de risco e de proteção. *Estudos de Psicologia*, 25(3), 405-416. doi: 10.1590/S0103-166X2008000300009
- Poletto, M., & Koller, S. H. (2011). Resiliência: Uma perspectiva conceitual e histórica. In D. D. Dell’Aglia, S. H. Koller, & M. A. M. Yunes (Orgs.), *Resiliência e psicologia positiva: Interfaces do risco à proteção* (pp. 19-44). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Poletto, M., Wagner, T. M. C., & Koller, S. H. (2004). Resiliência e desenvolvimento infantil de crianças que cuidam de crianças: Uma visão em perspectiva. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 20 (3), 241-250. doi: 10.1590/S0102-37722004000300005
- Prince-Embury, S. (2007). Resilience Scales for Children and Adolescents: A profile of personal strengths – test review. *Canadian Journal of School Psychology*, 22(2), 255-261. doi: 10.1177/0829573507305520
- Prince-Embury, S. (2010a). Introduction to special issue: Assessing resiliency in children and adolescents. *Journal of Psychoeducational Assessment*, 28(4), 287-290. doi: 10.1177/0734282910366830
- Prince-Embury, S. (2010b). Psychometric properties of the Scales for Resiliency for Children and Adolescents and use for youth with psychiatric disorders. *Journal of Psychoeducational Assessment*, 28(4), 291-302. doi: 10.1177/0734282910366832

- Prince-Embury, S. (2013). Translating resilience theory for assessment and application with children, adolescents, and adults: Conceptual issues. In S. Prince-Embury & D. H. Saklofske (Orgs.), *Resilience in children, adolescents, and adults: Translating research into practice* (pp. 9-16). New York: Springer.
- Prince-Embury, S., Saklofske, D. H., & Keefer, K. V. (2017). Three-factor model of personal resiliency. In U. Kumar (Ed.), *The Routledge international handbook of psychosocial resilience* (pp. 119-140). New York: Routledge.
- Reppold, C. T., Mayer, J. C., Almeida, L. S., & Hutz, C. S. (2012). Avaliação da resiliência: Controvérsia em torno do uso de escalas. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 25(2), 248-255. doi: 10.1590/S0102-79722012000200006
- Robinson, J. S., Larson, C. L., & Cahill, S. P. (2014). Relations between resilience, positive and negative emotionality, and symptoms of anxiety and depression. *Psychological Trauma: Theory, Research, Practice, and Policy*, 6(1), S92-S98. doi: 10.1037/a0033733
- Rutter, M. (2012). Resilience as a dynamic concept. *Development and Psychopathology*, 24(1), 335-344. doi: 10.1017/S0954579412000028
- Sapienza, G., & Pedromônico, M. R. M. (2005). Risco, proteção e resiliência no desenvolvimento da criança e do adolescente. *Psicologia em Estudo*, 10(2), 209-216. doi: 10.1590/S1413-73722005000200007
- Seligman, M., & Csikszentmihalyi, M. (2000). Positive psychology: An introduction. *American Psychologist*, 55(1), 5-14. doi: 10.1037/0003-066X.55.1.5
- Sória, D. A. C., Souza, I. E. O., Santoro, D. C., Menezes, M. F. B., & Moreira, M. C. (2006). A resiliência como objeto de investigação na enfermagem e em outras áreas: Uma revisão. *Escola Anna Nery*, 10(3), 547-551. doi: 10.1590/S1414-81452006000300026
- Truffino, J. C. (2010). Resiliencia: Una aproximación al concepto. *Psiquiatría y Salud Mental*, 3(4), 145-151. doi: 10.1016/j.rpsm.2010.09.003

Yunes, M. A. M. (2003). Psicologia positiva e resiliência: O foco no indivíduo e na família. *Psicologia em Estudo*, 8(1), 75-84. doi: 10.1590/S1413-73722003000300010

Yunes, M. A. M. (2011). Psicologia positiva e resiliência: Foco no indivíduo e na família. In D. D. Dell’Aglia, S. H. Koller, & M. A. M. Yunes (Orgs.), *Resiliência e psicologia positiva: Interfaces do risco à proteção* (pp. 45-68). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Zolkoski, S. M., & Bullock, L. M. (2012). Resilience in children and youth: A review. *Children and Youth Services Review*, 34(1), 2295-2303. doi: 10.1016/j.chilyouth.2012.08.009